

A REPRESENTAÇÃO DO DIALETO CAIPIRA E DE SEU FALANTE NA TELENOVELA “MALHAÇÃO” E NO FILME INFANTO-JUVENIL “CARROS”

Daiane Maia Alves - Uni-FACEF

Orientador: Profa. Dra. Marina Célia Mendonça (UNI-FACEF / UNIFRAN)

Introdução

Inserida na área da sociolingüística, que se ocupa dos estudos referentes à relação linguagem, sujeito e sociedade, nossa pesquisa tem por objetivo refletir sobre o preconceito lingüístico nas mídias, principalmente, do que se refere ao dialeto caipira. Para tanto, é investigada a representação deste dialeto e de seu falante no programa “Malhação”, exibido pela Rede Globo de Televisão, e no filme “Carros” da Walt Disney.

Os procedimentos metodológicos envolvem uma revisão bibliográfica de estudos desenvolvidos por esta área da lingüística confrontando as questões sobre variação e preconceito lingüístico e uma análise qualitativa do *corpus* em questão.

No filme *Carros* observa-se um personagem que se destaca dos demais devido a sua forma “caipira” de falar, ou seja, seu linguajar é evidenciado naquela “sociedade” em que todos possuem o “mesmo” dialeto. No programa “Malhação”, também se depara com outro caso de exceção, em que a personagem “Marcinha” se difere das demais novamente por ser a única a falar “caipira”. Resultados parciais da análise apontam para a presença da intolerância lingüística com este dialeto, na medida que ambos personagens são muitas vezes incompreendidos devido às marcas da variedade que utilizam.

Partimos do princípio de que a mídia está levantando a questão da variação lingüística em suas criações artísticas, porém com casos isolados e normalmente carregados de preconceito. A esse “conceito” sobre o dialeto caipira exposto pela mídia opõe-se a proposta da sociolingüística que, ao se referir à língua, trata-a como viva e sujeita a constantes alterações, e que qualquer comunidade sempre apresenta variações em sua fala.

Seguindo esta perspectiva, relacionamos para este artigo textos que tratam das questões sobre o preconceito lingüístico e suas relações com os aspectos sociais. Também realizamos uma pequena análise do *corpus* em questão.

O português brasileiro rural e urbano e as atitudes sociais diante desta realidade

Consideramos relevante expor a realidade lingüística do Brasil e fazer uma reflexão sobre a variação e o preconceito lingüístico.

Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005a) diz que, para compreender a realidade do português brasileiro, é necessário considerar fatores históricos como os fluxos migratórios do século XX e a dualidade entre os dialetos urbano e rural.

De acordo com a autora, a divisão apresentada entre as modalidades urbana e rural surgiu do processo de colonização. Quando chegaram ao Brasil, os portugueses trouxeram uma língua que se concentrou no litoral, por nele se localizarem os grandes centros de colonização onde se mantinha um intercâmbio com a metrópole Portugal.

Para Mattoso Câmara, o português falado no Brasil em zonas urbanas é resultado de uma homogeneização lingüística que os colonos portugueses estabeleceram a fim de se comunicarem, pois pertenciam a diferentes províncias de Portugal e suas particularidades dialetais comprometiam o diálogo (CÂMARA, 1975, *apud* BORTONI-RICARDO, 2005a, p.32).

Já os vernáculos rurais distanciaram-se da norma portuguesa e sofreram maior influência da língua indígena e de um *pidgin*. Segundo a autora, os negros que chegavam ao Brasil ficavam nas cidades ou se dirigiam para o interior (fazendas, quilombos) onde conviviam com outros negros, com mestiços, índios e portugueses; ou seja, uma situação propícia para o surgimento de um *pidgin* (BORTONI-RICARDO, 2005a, p.32). Considera-se que esse *pidgin* tenha sido temporário, já que as populações interioranas, ao conviverem com oposições no modo de falar, adotaram uma variedade lingüística que sintetizava todo o processo de formação do dialeto, com características especiais na fonética, na morfossintaxe e no léxico.

É a partir do século XX que essa população geograficamente afastada começa a migrar para os grandes centros, levando consigo suas variedades lingüísticas e culturais. Esse processo migratório possibilita o início da urbanização

do país, que, ao contrário dos países desenvolvidos, não foi precedida pela industrialização.

A autora traz dados dos censos brasileiros que confirmam um crescimento significativo da população urbana nos últimos oitenta anos. Em 1920, a percentagem da população dessas áreas era de 10,7%; em 1940, passa para 31,29%; em 1980, a população brasileira era constituída de quase 120 milhões de pessoas e a população urbana já representava 67,60% deste total. Já no censo de 2000, a população brasileira é de 168.370.893 pessoas e a percentagem de residentes em zona urbana é de 81,37% (BORTONI-RICARDO, 2005b, p.92).

Mas há quem questione esses números, como o professor da USP José Eli da Veiga, que afirma que os critérios empregados pelo IBGE têm origem em um decreto do Estado Novo de 1938 e são equivocados, pois consideram área urbana todo município, independente do tamanho e das características produtivas.

Eli da Veiga argumenta que os parâmetros da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) são mais adequados que a metodologia oficial do IBGE. Segundo a OCDE, para um município ser considerado urbano, teria de apresentar uma densidade demográfica de 150 habitantes/km² e uma população nunca menor que 50 mil habitantes. Se aplicados esses parâmetros, os 5.507 municípios brasileiros considerados urbanos passariam a 411 (BORTONI-RICARDO, 2005b, p.92).

Diante dessa discussão sobre o que deve ser considerado urbano ou não, a autora posiciona-se: considera operacional o conceito de “rurbano” para definir as relações entre urbanização e características rurais presentes nas comunidades estudadas – são essas trocas culturais e, portanto, lingüísticas, que interessam à autora.

Utiliza, pois, a análise de redes para descrever as características sociais do falante.

Em sentido amplo, a análise de redes é o estudo das relações que existem em um dado sistema. Quando se trata de sistemas sociais, a análise de redes é uma estratégia estrutural aplicada ao estudo das relações entre os indivíduos do grupo (BORTONI-RICARDO, 2005b, p.93).

Os estudos de rede tiveram início em 1954 com Barnes em uma vila norueguesa: “Seu foco principal tem sido o conteúdo normativo das relações, decorrente das expectativas que os indivíduos mantêm, uns em relação aos outros, de acordo com suas características sociais e atributos” (BORTONI-RICARDO, 2005b, p.94).

A autora avalia a pressão normativa de uma comunidade utilizando três parâmetros, são eles: densidade, multiplexidade e complexidade. “Convém recordar que o conceito de densidade é equivalente à noção matemática de completeza, isto é, o número de ligações que efetivamente existem como uma proporção do número máximo de ligações que poderiam existir” (BORTONI-RICARDO, 2005b, p.94). A densidade é classificada como alta no caso de comunidades pequenas e tradicionais, onde todo mundo se conhece, e baixa nas grandes cidades. Em comunidades de alta densidade, existe uma forte tendência para a preservação do vernáculo (variedade usada no lar, círculo de amigos e vizinhos).

Já a multiplexidade está aliada à alta densidade, ou seja, as diversas condições em que as pessoas se relacionam: com parentes, vizinhos, parceiros no trabalho e outros. Em comunidades com baixa densidade as relações são classificadas como uniplex. “Exemplos de relações ‘uniplex’ são as que se estabelecem entre patrão e empregado ou médico e paciente, nas sociedades urbanas e tecnologicamente desenvolvidas” (BORTONI-RICARDO, 2005b, 2005 p.94).

E, por último, a complexidade está vinculada à quantidade de papéis sociais que as pessoas assumem, assim um indivíduo pertencente a uma comunidade de baixa densidade possui um grau de complexidade elevado, ou seja, sua atuação social é diversificada, por exemplo: um analista de sistema pode também ser síndico de seu edifício, membro de um sindicato, aluno em um curso de atualização etc. Enquanto que uma comunidade de alta densidade, os domínios de atividades sociais são mais restritos.

É importante dizer que, ao trazer sua variedade lingüística para os grandes centros, o imigrante de origem rural instalou um processo de diglossia que a autora define como:

(...) duas forças antagônicas: por um lado, o padrão tradicional de redução flexional da própria língua, exacerbado pela situação de contato entre dialetos diferentes; por outro, a pressão do prestígio da norma culta, imposta pela ação da escola, dos meios de comunicação e do *status* das classes mais favorecidas (BORTONI-RICARDO, 2005a, p.33).

Para Bortoni-Ricardo, a diferença de atitude diante de dialetos rurais brasileiros e ingleses é decorrente da maneira como a vida rural é avaliada nos dois países (2005b, p.108), ou seja, enquanto que no Brasil há pouco prestígio, na Inglaterra essa cultura é valorizada.

O brasileiro de origem rural percebe facilmente a estigmatização que sua fala regional recebe, por isso, tenta adaptá-la ao modelo urbano, mas as particularidades lexicais e fonológicas lhe são inerentes. Surge, de acordo com a autora, um declínio dos vernáculos que começam a se transformar em dialetos urbanos da classe baixa e “Vai se firmando assim um dialeto popular que parece possuir notável uniformidade em todas as cidades brasileiras considerando-se à parte os regionalismos lexicais” (BORTONI-RICARDO, 2005a, p.34).

No Brasil, como em todos os países da América Latina, há estágios diversos de desenvolvimento, ou seja, enquanto que em algumas regiões já se instalou um processo de diglossia, há lugares que ainda permanecem isolados. E os indivíduos de origem rural também apresentam diferentes comportamentos lingüísticos ao migrarem para regiões urbanas, pois, enquanto alguns são influenciados pelo ensino sistemático da língua na escola, ou pelo convívio com a cultura de letramento, outros permanecem com seus hábitos lingüísticos originais. “Há que se observar, todavia, que todo o processo de ajustamento lingüístico e cultural do migrante à vida urbana é lento e que as variáveis lingüísticas de seu dialeto seguem cursos evolutivos diferenciados” (BORTONI-RICARDO, 2005b, p.102).

Diante das considerações sobre a divisão entre os dialetos urbano e rural na formação do português brasileiro, é interessante estabelecer a distinção entre estes conceitos: vernáculos rurais e língua urbana.

Os vernáculos (...) são as variedades regional-rurais que apresentam características especiais na fonética, na morfossintaxe e no léxico. (...). Língua urbana é uma denominação genérica que inclui as diversas

modalidades estratificadas da língua, usadas nas zonas urbanas, na fala e na escrita. Tais modalidades, que dependem da classe social, da profissão, da zona de residência e principalmente, do grau de escolaridade dos indivíduos, vão desde as variedades populares que se aproximam muito dos vernáculos, até a variedade culta, empregada pelas pessoas de nível alto de escolarização e pelos meios de comunicação de massa, que segue aproximadamente os preceitos da gramática normativa (BORTONI-RICARDO, 2005a, p.35).

Há uma terceira variedade do português brasileiro, para a autora: a língua oficial, a que é descrita na gramática normativa, empregada pelo sistema de ensino e presente também em documentos formais e oficiais. Considerada como uma língua correta e/ou superior às outras, esta variedade teve por base escritores não contemporâneos, o que faz com que se distancie da realidade lingüística do Brasil.

Em seu artigo publicado em 2004, Alkmim (2004, p.39) diz que “(...) em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores”.

De acordo com a autora as variedades superiores, pertencentes a classes sociais privilegiadas, são tidas como de prestígio e também conhecidas como variedade padrão e/ou norma culta; enquanto as inferiores, por sua vez provenientes de classes desprestigiadas socialmente, seriam as variedades não prestigiadas, ou seja, aquelas que estão fora da norma estabelecida pela estrutura sociopolítica da comunidade.

O senso comum acredita que a variedade padrão é a língua original, da qual a população deve se apropriar. Porém, Alkmim (2004) diz que essa atitude lingüística seleciona hábitos lingüísticos dos grupos dominantes (nobreza, burguesia, o indivíduo de origem urbana) e estabelece um conjunto de normas para definir o “modelo correto” de se usar a língua. Assim “(...) a definição de uma variedade padrão representa o ideal da homogeneidade em meio à realidade concreta da variação lingüística (...)” (p.40).

Alkmim (2004) ainda afirma que a língua utilizada por uma comunidade é uma “herança” deixada por antepassados que sofre modificações com o passar do tempo para se ajustar à realidade do falante. Vejamos alguns exemplos, nas palavras da autora:

(...) no português arcaico (entre os séculos XII e XVI), ocorriam construções impessoais em que a indeterminação do sujeito era indicada pelo vocábulo “homem”, com o mesmo sentido que, atualmente, usamos o pronome “se”. Por exemplo: “E pode homem hyr de Santarem a Beia [Beja] em quatro dias”, que corresponde, modernamente, a “E pode-se ir de Santarém a Beja em quatro dias” (ALKMIM, 2004, p.34).

Portanto, o que foi considerado como variedade padrão em determinada época, pode deixar de ser em um outro momento. “As línguas mudam incessantemente, e a definição do ‘certo’, do ‘agradável’ e do ‘adequado’ também” (ALKMIM, 2004, p.40). Para comprovar esta oscilação entre correto e incorreto, no que diz respeito ao uso da língua, a autora traz exemplos de construções gramaticais como: “dereito”, “frecha”, “frauta”, “escuitar”, presentes em textos do século XVI, cujos autores são Pero Vaz de Caminha (1500) e Camões (1572), que hoje não são consideradas “adequadas”. Existem variedades que ainda conservam formas como “Framengo” no lugar de “Flamengo”, equivalentes ao século XVI, mas de acordo com a autora são consideradas erradas, por não fazerem parte do uso lingüístico das classes favorecidas. Este julgamento é definido por ela como uma intolerância lingüística, que reflete um efeito negativo na sociedade.

Assim como não existem línguas “inferiores”, não existem variedades lingüísticas “inferiores”. (...) as línguas não são homogêneas e a variação observável em todas elas é produto de sua história e do seu presente. Em que se baseiam, então, as avaliações sociais? Podemos afirmar, com toda tranqüilidade, que os julgamentos sociais ante a língua - ou melhor as atitudes sociais - se baseiam em critérios não lingüísticos: são julgamentos de natureza política e social. Não é casual, portanto, que se julgue “feia” a variedade dos falantes de origem rural, de classe social baixa, com pouca escolaridade, de regiões culturalmente desvalorizadas. Por que se considera “desagradável” o *r* retroflexo, o chamado *r caipira*, (...)? Afinal, a mesma articulação retroflexa ocorre em palavras do inglês (...), que ninguém sente como “feia”. Em resumo: julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social (ALKMIM, 2004, p.42).

Para Alkmim, as variedades presentes na língua podem ainda ser analisadas por um plano sincrônico, em que fatores como: a localização geográfica do falante, o sexo, a idade relacionam-se com o *como* se fala. De acordo com sua reflexão, em uma mesma comunidade de fala há maneiras distintas de se comunicar, tendo em vista que as características particulares do falante interferem em seu comportamento lingüístico.

Dentro desse plano sincrônico, segundo Alkmim, as variedades lingüísticas podem ser descritas seguindo dois parâmetros, primeiro a variação diatópica, observável entre falantes de origem geográfica distinta, ou seja, a forma como cada um utiliza a língua é resultado da cultura e particularidade de cada região. “Tomando-se a comunidade de fala de língua portuguesa como um todo, podemos referir às variedades brasileira, portuguesa, baiana, curitibana, rural paulista (ou caipira) etc” (ALKMIM, 2004, p.35).

O segundo parâmetro utilizado para descrever as variedades lingüísticas é a variação diastrática: a que está relacionada com a identidade do falante e a estrutura sociocultural da comunidade, ou seja, fatores como classe social, idade, sexo, situação ou contexto vão interferir no uso da língua.

O fator classe social já foi descrito neste artigo (ver pág.6), no momento em que citamos o conceito empregado por Alkmim sobre variedade padrão/não padrão, e como interferem no comportamento de uma comunidade de fala.

Já o fator idade estabelece, segundo a autora, distinção de grupos, ou seja, a maneira como os jovens utilizam a língua (empregando gírias, por exemplo) possibilita um distanciamento do grupo adulto.

O uso de diminutivos e “a duração de vogais como recurso expressivo, como em ‘maaravilhoso’, costuma ocorrer na fala de mulheres” (CAMACHO, 1978 *apud* ALKMIM, 2004, p.36); assim o fator sexo, para Alkmim distingue o modo de falar de integrantes de uma mesma comunidade.

Finalmente, pode-se afirmar que o convívio entre os falantes passa por diversas situações, *formais* e *informais*. Segundo a autora, todo falante muda sua fala de acordo com a situação ou contexto social em que está inserido.

Consideremos, por exemplo, a situação de uma defesa de tese e a comemoração que se segue à aprovação desta tese, que envolve as mesmas pessoas. As diferenças existentes entre as duas situações – tema das

conversas, local etc. – podem fazer com que uma sociedade considere adequado utilizar variedades lingüísticas diferentes ou a mesma (ALKMIM, 2004, p.37).

Ao mudar de situação ou contexto, o falante diversifica sua fala apropriando-se de um estilo, é o que a autora nomeia como *variações estilísticas ou registros*. Para ela, situações formais em relação as informais exigem do falante uma maior reflexão, no que diz respeito a escolha do estilo que deverá usar para integrar-se com os outros falantes, sem “desrespeitar” as expectativas sociais.

Alkmim ainda propõe uma reflexão mais abrangente sobre situação, que seria os contextos ritualísticos e religiosos, pertencentes a estrutura global da sociedade. Como exemplo, cita as tradições religiosas que possuem uma linguagem integrada com o mundo do sagrado; enquanto contextos jurídicos, por exemplo, exigem variedades lingüísticas particulares que são utilizadas por tabeliães, advogados, juízes e outros integrantes deste grupo profissional.

Finalizando suas reflexões sobre as formas da variação lingüística, a autora pontua:

Não podemos deixar de apontar, no entanto, que, na realidade das relações sociais, os fatores de variação se encontram imbricados. No ato de interagir verbalmente, um falante utilizará a variedade lingüística relativa a sua região de origem, classe social, idade, escolaridade, sexo etc. e segundo a situação em que se encontrar (ALKMIM, 2004, p.39).

Para a autora é a convivência que ensina o modo de se falar, e quando os falantes não correspondem às expectativas sociais, recebem algum tipo de punição. De acordo com Fishman (*apud* ALKMIM, 2004, p.37), os membros de qualquer comunidade “adquirem lenta e inconscientemente as *competências comunicativa e sociolingüística*, com respeito ao uso apropriado da língua”.

No que diz respeito ao preconceito lingüístico presente no Brasil, Marcos Bagno (2000) apresenta reflexões que contribuem para o esclarecimento deste comportamento prejudicial a toda e qualquer sociedade. Para o autor, o Brasil é um país com intensa diversidade lingüística, porém existe o mito de que apenas a norma culta é correta, por isso é empregada em documentos oficiais e gramáticas que sistematizam a língua. De acordo com esse sociolingüista, pesquisas revelam que falantes de variedades lingüísticas desprestigiadas apresentam sérias dificuldades

em compreender documentos enviados para eles pelo poder público, pois esses se servem exclusivamente da língua padrão.

A escola também, segundo Bagno (2000), ainda não reconhece a diversidade lingüística do país e trata o português como língua homogênea, assim o aluno proveniente de ambientes sociais onde a norma lingüística utilizada é a não-padrão apresenta dificuldades ao se deparar com a norma culta que para ele é quase uma “língua estrangeira” (p.19).

O preconceito lingüístico se baseia na crença de que só existe, (...), *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários. Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português” (BAGNO, 2000, p.40).

Também para a autora Maria Marta P. Scherre (2005, p.121), a língua padrão não cobre a realidade lingüística de cerca de 120 milhões dos mais de 180 milhões de falantes do português brasileiro. De acordo com essa autora, a grande maioria dos falantes do português brasileiro utiliza a forma não-padrão para se comunicar nas diversas situações. Para ela, a falta de concordância não traz problemas de comunicação (pois, a linguagem do falante que segue a norma não-padrão é perfeitamente compreendida por seus interlocutores), mas é capaz de distinguir grupos sociais.

(...) tendem a fazer mais concordância pessoas de classes com mais prestígio social; tendem a fazer menos concordância pessoas de comunidades com menos prestígio social, embora todos os brasileiros, em maior ou menor grau, deixem de fazer concordâncias no uso espontâneo da linguagem (...) (SCHERRE, 2005, p.123).

Sobre o preconceito lingüístico presente no país, a autora faz um estudo do comportamento da mídia diante desta realidade. Afirma que:

(...) a mídia brasileira vem prestando um real desserviço à inteligência e à dignidade humana, ao estabelecer identidade entre gramática normativa e língua ou idioma

de um povo; ao reforçar a confusão entre língua falada e língua escrita; ao instigar e fortalecer o preconceito lingüístico (SCHERRE, 2005, p.116).

Neste artigo, esse preconceito é mostrado nas análises preliminares de cenas selecionadas do filme *Carros* e da novela *Malhação* que seguem.

Linguagem e identidade da personagem Marcinha (*Malhação*, rede Globo de televisão)

A seguir, são analisadas duas cenas da novela *Malhação*, em que aparece a questão da linguagem usada pela personagem Marcinha. Trata-se de uma personagem que é caracterizada como do interior. Seu o vestuário, na novela, segue basicamente o mesmo estilo, remetendo aos festejos juninos, isto é, usa constantemente vestidos com estampa em xadrez e babados, ou peças em jeans como saias e calças, mas acompanhadas de blusas em xadrez; usa constantemente botas de cano alto. Na primeira cena analisada, transcrita a seguir, a personagem também é caracterizada, pelo figurino utilizado, segundo esse estilo, que chamamos aqui de *caipira-country*.

Cena 1¹

Durante apresentação de um jornal escrito por colegas da sala, Marcinha lê a manchete e inicia um diálogo com Patrick. (M = Marcinha / P = Patrick)

M = Celebridade revela... abacate é segredo de pele perfeita? ((risada))... ai:: Patrick... esse trem aqui é pra comê ou pra passá na cara hein?! ((risada))

P = Vai rindo vai rindo e lendo a/a notinha da capa aqui oh... **Marcinha... a *agrogirl* do Múltipla Escolha...disse que na cidade grande só tem peão destrambelhado...**
puff

M = Uai e não é mesmo? Ocê por exemplo é o que filho?

Observa-se na transcrição acima que o jornal escrito por colegas de sala da personagem “Marcinha” traz uma nota reproduzindo o seu discurso (ler trecho em negrito). O termo “cidade grande” exposto pelo jornal induz o pensamento de que a “*agrogirl*” (um dos nomes utilizados para se referirem à personagem “Marcinha”) pertence a uma comunidade menor, por esta razão apresentou estranhamento diante dos novos colegas, estes cariocas e descontraídos.

A fala da personagem, no diálogo transcrito, traz termos como: “esse trem”, “ocê”, “uai”, usando um linguajar típico do imaginário do que seja o dialeto caipira. Porém, o “R” retroflexo, típico do falar caipira, não é tão marcado nas palavras “por” e “perfeita”, como seria de se esperar caso se considerassem as características fonéticas desse dialeto. Trata-se, portanto, de uma representação imperfeita do dialeto em questão.

Cena 2

As atrizes Giovana Ewbank (que interpreta a personagem Marcinha), Monique Alfradique (que interpreta a personagem Priscila) e Karen Junqueira (que interpreta a personagem Tuca) falam de seus trabalhos em uma entrevista para o *Vídeo Show* (programa exibido pela rede Globo de segunda a sexta-feira à tarde). O programa revê cenas entre as amigas Priscila e Marcinha, para comentar a relação de companheirismo entre elas.

MO = Monique Alfradique

P = Priscila

GE = Giovana Ewbank

M = Marcinha

Comentário da atriz Monique Alfradique:

MO = A Priscila já ajudou de cara a Marcinha que veio do interior... a dar a dando aula de etiqueta

Reprise da cena:

P = CHEGA dessas roceirices né... chega... porque agora você é aluna... da escola Bitencur... de etiQUETE

Comentário da atriz Giovana Ewbank:

GE = ...[A Priscila] arrumou a Marcinha... **deixou ela mais fina mais elegante...** e em troca... a Marcinha... fez... um jantar... pra Priscila

Reprise da cena:

P = hum::: deLlcia... delichious delichous

M = sabia que ocê ia gostar

P = eu já sei até o que que é... já sei até o que que é... ((comendo)) sabe que que é... PATU ahan

M = ((rindo)) que pato nada CABRITA... isso é buchada de bode mesmo

P = ((sai correndo com a boca na mão, expressando uma ânsia de vômito)).

A transcrição da reprise da cena acima mostra-nos, apesar de fragmentada, trechos em que a personagem Marcinha é reprimida pela amiga Priscila quando esta

julga seu comportamento como “roceirices”. Observa-se também, que a atriz que interpreta a personagem Priscila, ao se referir à origem da personagem Marcinha, enfatiza a pronúncia do “R” na palavra “interior”, alterando a naturalidade da fala e aproximando a pronúncia àquela realizada pelo dialeto caipira – subentende-se, desse comentário, que vir do interior é falar o dialeto caipira, ou pior, falar “errado”.

O comentário de Giovana Ewbank, a respeito da ajuda prestada por Priscila à sua personagem, mostra que a atriz considera esta necessária para uma melhor adequação de Marcinha aos padrões ditados pela “sociedade” em que estava recentemente inserida – inclusive, considera a personagem não elegante e não “fina”, ou seja, inferior.

É importante também ressaltar o fato da personagem Priscila utilizar palavras inglesas ao expressar o sabor da comida que sua amiga “Marcinha” lhe preparou; ou seja, o inglês é a “mais importante” língua do mundo, portanto colocado na fala de uma personagem tida como sofisticada.

Entre as duas personagens é possível perceber uma certa “intriga”, na medida que a mídia expõe características opostas, ou seja, uma com comportamentos definidos pejorativamente como “patricinha”, enquanto a outra com comportamentos definidos também pejorativamente como “roceira”. Desta forma, a criação artística da telenovela confronta duas “realidades”, porém é a personagem nomeada de “roceira”, “caipira” que deve ceder às dicas de etiqueta oferecidas pela personagem “patricinha”, e não o contrário.

A relação entre papel social e uso lingüístico no personagem Mate (*Carros*, Walt Disney)

Segue a transcrição da primeira cena do personagem Mate no filme *Carros*. Na seqüência narrativa, esse personagem é retratado como “roceiro” pela sua linguagem e pelo seu comportamento (por exemplo: tem como diversão despertar o rebanho no pasto durante a madrugada). A cena transcrita a seguir é um diálogo com o protagonista McQueen e o xerife da cidade onde Mate mora:

Mc: Ai... puxa... ai ((acordando)) onde é que eu tô ? ai...
hã.

Mate: Dia bela adormecida...

Mc: ((susto))

Mate: ((rindo)) puxa tava qui imaginano quando ocê ia acordá...

Mc: leva o que quiser... só não me machuca... uma trava de roda?! Pra quê essa trava de roda... o que que tá acontecendo? me diz aí...

Mate: ((rindo)) ocê tem graça... já gostei docê... meu nome é Mate...

Mc: Mate? ((surpreso))

Mate: é :: qui nem... tomate... só que sem o tô... qual é seu nome?

Mc: ué... você não sabe o meu nome?

Mate: a :: não... eu sei seu nome... seu nome é igual o meu?

Mc: o quê?... olha... eu tenho que chegar na Califórnia o mais depressa possível... onde é que eu tô hein?

Mate: onde ocê tá?... cruz:: ocê tá em Radiator Springs... a cidadizinha mais bunita do município de Carburator

Mc: a:: que legal... que bele::za ((desanimado))

Mate: baum... se ocê acho isso aqui uma belezura espera só pra vê o resto da cidade

Mc: olha só... eu adoraria ver o resto ago:ra...se você abrir esse portão [[mhm]] e tirar essa trava nós podemos dar uma voltinha por aí e explorar tudo... legal?

Mate: é:... bo:a...

Mc: não é uma boa... trompete?

Mate: legal...

Xerife: MATE... o que eu te disse sobre falar com o réu?

Mate: num é pra falar ((olha para o chão))

Xerife: então pára de tagarelar e reboca esse delinqüente da estrada pro tribunal do trânsito

Mate: nós conversa dispois nós dois ((rindo)) dispois nós dois qui graça

Mc: a:: ((dor ao ser rebocado))

Observa-se que palavras como: “ocê”, “docê”, “cruz”, “belezura”, “nóis” e “dispois”, estão presentes na fala do personagem Mate para caracterizar um linguajar típico do falar rural, aproximando-se do imaginário sobre o dialeto caipira. No entanto, a fala desse personagem difere daquela da personagem da telenovela Malhação, já que o “R” retroflexo é muito marcado – como é no dialeto caipira. É relevante comparar esta transcrição com a legenda reproduzida no filme, tendo em vista que as palavras destacadas acima aparecem entre aspas, sendo um indício de preconceito com essas formas lingüísticas.

Vê-se, na transcrição, que o personagem Mate, ao dialogar com o personagem McQueen, não é compreendido por este, que desconsidera sua fala, priorizando seu interesse de sair daquele lugar (na seqüência da animação, os personagens em questão tornam-se amigos, o que mostra uma inversão do papel atribuído a Mate ao longo do filme, na perspectiva da personagem principal McQueen). É possível perceber, na transcrição, que o personagem Mate também é tratado como um subalterno e de forma desrespeitosa pelo Xerife. Assim, podemos subentender, nessa cena e em outras do filme, que a personagem é inferiorizada, considerada “ingênua”, “o que serve aos moradores” – haveria aí uma relação entre linguagem e papel social? Parece-nos que sim.

Conclusão

Através das análises preliminares realizadas pudemos indiciar o preconceito lingüístico que a mídia manifesta em relação ao dialeto caipira. Isso porque, como foi afirmado, a mídia, ao caracterizar o dialeto caipira em casos isolados e ao trazer para a esfera pública as características mais marcantes do dialeto em questão, como o “R” retroflexo, reforça o preconceito que pesa sobre este, já que o classifica como uma minoria inferior inserida na sociedade que é considerada modelo. A esse tratamento dado pela mídia às variedades lingüísticas desprestigiadas opõe-se a sociolingüística, que considera que não há nenhuma variedade superior à outra e que qualquer comunidade apresenta variações em sua fala.

¹ A transcrição dos dados se fez segundo as normas da Análise da Conversação, presentes em Dionísio (2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, T. M. Sociolingüística. Parte I. In: MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 1. v.

BAGNO, M. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

BORTONI-RICARDO, S. M. A língua Portuguesa no Brasil. In: _____. *Nós Chegemu na escola, e agora? Sociolingüística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005a.

_____. A migração rural-urbana no Brasil: Uma análise sociolingüística. In:

_____. *Nós Chegemu na escola, e agora? Sociolingüística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005b.

CASTILHO, Ataliba T. de. Variação lingüística, norma culta e ensino da língua materna. In: SÃO PAULO, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para 1. e 2. graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. v.1.

DIONÍSIO, A. P. Análise da conversação. In: MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 2. v.

GNERRE, Maurizio. Linguagem e poder. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Educação. Coordenadoria de Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º. e 2º. graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. v. 1.

LOPES DA SILVA, Fábio. Dois casos de preconceito lingüístico na mídia. In: SILVA, Fábio L, MOURA, Heronides M.M. (orgs.) *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.

SCHERRE, M. M. P. A norma do imperativo e o imperativo da norma – uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro. In: _____. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2004.